



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1227/2024**  
**(à MPV 1227/2024)**

Acrescente-se parágrafo único ao art. 6º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

.....

**Parágrafo único.** As revogações não alcançam o direito de empresas produtoras e exportadoras de mercadorias nacionais ao crédito presumido do PIS e da Cofins, compensáveis com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.”

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.227 estabelece condições para a fruição de benefícios fiscais, limitando a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e revogando hipóteses de ressarcimento e compensação de créditos presumidos para o PIS e a COFINS. Essa normatização é justificada pela necessidade de o Poder Executivo adotar medidas compensatórias diante da desoneração da folha de empresas e municípios.

Apesar dos indícios preliminares meritórios da referida Medida Provisória, argumentamos a necessidade de modificação dos artigos 5º e 6º dessa normativa.

Inicialmente, questionamos a urgência da medida para impor restrições e até extinguir, em algumas hipóteses e setores específicos, a



possibilidade de aproveitamento e ressarcimento de créditos da PIS e COFINS, conforme proposto nos artigos que devem ser modificados.

Porém, considerando o propósito governamental de restringir tais possibilidades, é crucial manter a autorização da fruição desses créditos originários das operações de exportação. Observa-se que a questão da compensação cruzada de créditos nunca foi de fácil resolução na relação entre Fisco e Contribuinte, e a edição da Medida Provisória apenas agravou essa situação, congestionando o Poder Judiciário e o Tribunal Administrativo com questões complexas e de difícil solução.

Para minimizar os impactos negativos na cadeia produtiva e exportadora nacional, cujos fluxos de caixa serão afetados, é essencial manter a compensação dos créditos do PIS e da COFINS pelos produtores e exportadores para com os tributos administrados pela RFB. É fundamental assegurar a não revogação dessa hipótese de creditamento.

Assim, diante desse cenário desafiador, solicitamos o apoio de nossos colegas para aprovação da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de junho de 2024.

**Senador Vanderlan Cardoso**  
**(PSD - GO)**

